

# **AVALIAÇÃO DOS FATORES PSICOSSOCIAIS, SAÚDE MENTAL E CAPACIDADE PARA O TRABALHO EM POLICIAIS MILITARES DE UBERABA/MG<sup>1</sup>**

## **MARIANE OLIVEIRA FERREIRA**

Terapeuta Ocupacional pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Estudante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Participação Social e Saúde (NETRAS).

## **FABIANA CAETANO MARTINS SILVA E DUTRA**

Terapeuta Ocupacional pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Participação Social e Saúde (NETRAS). Instituto de Ciências da Saúde.

**Resumo:** O crescente aumento da violência na sociedade atual associado a um ambiente altamente estressante, com exposição cotidiana a situações que acarretam riscos à saúde e à vida, pode gerar um aumento significativo de adoecimento em policiais militares. Para avaliar os fatores psicossociais do trabalho, a autopercepção de saúde mental e a capacidade para o trabalho de policiais militares, realizou-se estudo transversal, com 98 policiais militares, utilizando questionário com informações sociodemográficas, ocupacionais e de hábitos de vida, *Job Content Questionnaire* (JCQ) e Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT). Os dados foram analisados de forma descritiva. A maioria eram homens (88,8%), com média de idade de 37,44 anos e sedentários (55,1%). Mais de 70% avaliaram sua saúde mental como muito boa ou boa e 29,6% como regular, ruim ou muito ruim. Do total de policiais, 51,1% possuíam baixo controle sobre o trabalho, 42,3% alta

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida como parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), aprovado pelo Comitê de Ética da UFTM de acordo com o parecer nº 1.300.950. Não houve apoio financeiro para sua execução.

demanda e 50,5% referiram baixo suporte social. Apenas 22,4% apresentaram ótima capacidade para o trabalho. Esses resultados podem contribuir para o planejamento e implementação de intervenções e programas relacionados à saúde e às condições e organização do trabalho para manter e/ou melhorar a capacidade para o trabalho dos policiais.

**Palavras-chave:** Avaliação da capacidade de trabalho. Impacto psicossocial. Saúde mental. Polícia.

## **1. INTRODUÇÃO**

A Polícia Militar é uma instituição pública de prestação de serviços com o propósito de fazer valer o direito à segurança. Suas raízes iniciam-se no século XIII e possuem como base a disciplina e a hierarquia militar, com normas administrativas, operacionais, regime disciplinar e dedicação exclusiva. Por volta da década de 1960, o policiamento ostensivo fardado foi integrado com o objetivo de proteção (SILVA; VIEIRA, 2008).

No Brasil, a segurança pública sofre com uma realidade que remete ao crescimento contínuo das diversas formas de violência e criminalidade levando a um aumento das demandas e da complexidade das ações da Polícia Militar (SILVA; VIEIRA, 2008 e OLIVEIRA; SANTOS, 2010). Estudos apontam que as condições de trabalho dos policiais militares no Brasil são desfavoráveis, com jornadas de trabalho excessivas e horas extras frequentes, efetivo humano insuficiente, elevado nível de sofrimento mental, exposição a situações de constante estresse e insegurança, instrumentos inadequados, falta de manutenção preventiva em equipamentos como armas, fardas, coletes e viaturas, baixos salários e falta de capacitação (SILVA; VIEIRA, 2008; FERREIRA, 2009; FERREIRA *et al.*, 2012).

As condições de trabalho apresentadas associadas a um ambiente altamente estressante com grande exposição a situações que acarretam riscos à saúde e à vida estão relacionadas a aumento do adoecimento e a impactos negativos no desempenho profissional dos policiais militares (MINAYO *et al.*, 2011). Somada a esse contexto está a desvalorização da atuação da Polícia Militar, uma opinião pública negativa com depreciação da profissão por parte da sociedade, falta de reconhecimento social e sobrecarga física e emocional (SILVA; VIEIRA, 2008; SOUZA *et al.*, 2007).

Esses fatores podem influenciar negativamente a qualidade de vida dos policiais, causando declínio progressivo da saúde e interferindo nas relações pessoais, laborais e sociais (TEIXEIRA *et al.*, 2015). Ferreira *et al.* (2012) identificaram maior risco de sofrimento psíquico e de doenças em policiais militares que trabalham em atividades de alta exigência, elevada jornada de trabalho e com ausência de folgas semanais. Esses são considerados fatores psicossociais e resultam da interação entre ambiente e condições organizacionais de trabalho, funções e conteúdo laboral, esforços e características individuais e familiares dos trabalhadores (FISCHER, 2012). Fatores psicossociais possuem natureza complexa e podem levar a absenteísmo, afastamento por incapacidades temporárias ou permanentes, aposentadoria e envelhecimento precoce, influenciando negativamente a capacidade para o trabalho (MINAYO *et al.*, 2011; TEIXEIRA *et al.*, 2015).

A capacidade para o trabalho é um indicador importante que abrange aspectos relacionados à saúde física, ao bem-estar psicossocial, à competência individual e às condições e organização laborais (MARTINEZ *et al.*, 2010). Pesquisas nesse campo de conhecimento sugerem associação entre fatores psicossociais, capacidade para o trabalho e autoavaliação da saúde. A percepção do nível de saúde está relacionada à adoção de comportamentos saudáveis, sendo amplamente utilizada como uma maneira válida e importante de

se diagnosticar as condições de saúde de indivíduos e grupos de trabalhadores (PERTALI *et al.*, 2015; BEZERRA *et al.*, 2011). Alcântara *et al.* (2014) observaram que funcionários públicos com percepção negativa da saúde apresentam pior capacidade para o trabalho. Trabalhadores afastados também apresentam pior percepção de saúde quando comparados aos indivíduos ativos (DUTRA *et al.*, 2016).

Boas condições laborais e autopercepção de saúde positiva apresentam-se associados à manutenção de uma capacidade para o trabalho adequada ao longo da vida. Portanto, uma avaliação sistematizada desses fatores é necessária para identificar desgaste físico e psíquico e direcionar a implementação de medidas preventivas e/ou corretivas. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa foi avaliar fatores psicossociais, autopercepção de saúde mental e capacidade para o trabalho de policiais militares em Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Estudo observacional, de delineamento transversal, realizado com policiais militares da 5ª Região da Polícia Militar (RPM), situada na cidade de Uberaba, em Minas Gerais. A amostragem foi realizada por conveniência em dezembro de 2015 e composta por 98 policiais militares de ambos os sexos, ativos por pelo menos dois anos. Foram excluídos os trabalhadores aposentados, afastados do desempenho de suas funções e que exercem atividades administrativas. Este estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (nº 1.300.950) e todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

## 2.1 Instrumentos

O questionário de informações sociodemográficas, ocupacionais e de hábitos de vida abordou questões sobre gênero, idade, estado civil, número de filhos e escolaridade. As perguntas sobre hábitos de vida englobavam prática de atividade física regular, hábito de fumar e horas de sono por noite. Atividade física regular foi definida como a prática de exercícios físicos com duração mínima de 30 minutos e frequência de pelo menos três vezes por semana. Foi considerado tabagista, todo participante que relatou ser fumante no momento da entrevista, independente da regularidade ou da quantidade de cigarros consumidos. Os dados ocupacionais coletados foram tempo de trabalho como policial militar, tempo que trabalha na 5ª RPM de Uberaba/MG, número de turnos, horas de trabalho por dia e carga horária semanal.

A autoavaliação da percepção de saúde mental foi mensurada através da questão “Como você avaliaria sua saúde mental nos últimos 30 dias?”. Utilizou-se como opção de resposta uma escala do tipo likert de cinco pontos com categorias variando de muito boa a muito ruim. Posteriormente, as categorias muito boa e boa foram agregadas, assim como as categorias regular, ruim e muito ruim.

O questionário *Job Content Questionnaire* (JCQ) ou modelo demanda-controle proposto por Karasek foi traduzido e validado para o português (ARAÚJO; KARASEK, 2008) e avalia fatores psicossociais do trabalho. É composto por 49 questões divididas em demandas psicológicas e físicas; controle no processo de trabalho, incluindo o uso de habilidades, autonomia e autoridade para tomada de decisões; apoio social de chefes e colegas de trabalho; insegurança no trabalho e qualificação exigida para o trabalho executado. Nesse

modelo, o controle sobre o trabalho é representado pela capacidade do trabalhador de tomar decisões sobre o seu próprio trabalho, ser criativo e desenvolver novas habilidades para melhorar a realização das tarefas.

O controle sobre o trabalho, diz respeito à autonomia sobre as pausas e o ritmo de trabalho, constituindo uma dimensão potencialmente positiva, de forma que a sua ausência pode representar um risco para a saúde do trabalhador (ARAÚJO; KARASEK, 2008). A demanda psicológica refere-se à carga de trabalho, esforço mental e conflitos de demanda (ARAÚJO; KARASEK, 2008). A partir da combinação dessas variáveis, o modelo foi dividido em diferentes níveis de demanda psicológica e controle, tendo como resultado final a classificação do trabalho em quatro tipos descritos como ativo, passivo, de baixa exigência e de alta exigência (ARAÚJO; KARASEK, 2008). Em 1988, Johnson e Hall introduziram a dimensão do suporte social no modelo demanda-controle. Essa dimensão expressa-se nas relações sociais do trabalho e no grau de apoio instrumental recebido pelo trabalhador, ou seja, até que ponto o trabalhador pode contar com a ajuda de companheiros e superiores (ARAÚJO; KARASEK, 2008).

O Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT), traduzido e validado para o português do Brasil (TUOMI *et al.*, 2005), informa o nível de saúde e a capacidade para o trabalho segundo as percepções do próprio trabalhador. O ICT considera as exigências laborais físicas e mentais, o estado de saúde e os recursos do trabalhador, além de ser usado para mensurar perdas da capacidade de trabalho, desenvolver medidas para intervir, promover a saúde e prevenir perdas de performance profissional. O ICT é composto por sete dimensões: (a) capacidade para o trabalho atual e comparada com a

melhor de toda a vida, (b) capacidade para o trabalho em relação às exigências do trabalho, (c) número atual de doenças autorreferidas e diagnosticadas por médico, (d) perda estimada para o trabalho devido a doenças, (e) falta ao trabalho por doenças, (f) prognóstico próprio sobre a capacidade para o trabalho e (g) recursos mentais. Essas dimensões fornecem um escore que varia de sete a quarenta e nove pontos, sendo que escores mais altos indicam melhor capacidade para o trabalho (TUOMI *et al.*, 2005).

### 3.RESULTADOS

#### 3.1 Análise dos Dados

As variáveis foram submetidas à análise descritiva realizadas no software SPSS, versão 20.0.

Os participantes eram em sua maioria homens (88,8%), tinham entre 25 e 58 anos, com média de idade igual a 37,44 anos (DP =7,00 anos)<sup>2</sup>. A maioria era casada (72,4%) e com filhos (77,3%). Em relação à escolaridade, mais da metade dos entrevistados (65,3%) tinha curso superior. Quanto aos hábitos de vida, 44,9% (44) praticavam atividades físicas pelo menos três vezes na semana, 6,1% eram tabagistas (média de 17 cigarros por dia e DP=4,47), e dormiam em média 6,65 horas por noite (DP=1,21), com amplitude de 4 a 10 horas. Os participantes trabalhavam como policiais militares há, em média, 14,74 anos (DP=7,53), com jornada diária de 9,98 horas (DP=2,12), sendo que 67,3% trabalham em dois turnos. A média semanal de horas de trabalho foi de 42,738 horas (DP=13,00). A descrição completa dos participantes encontra-se na tabela 1.

---

<sup>2</sup> Desvio padrão.

**Tabela 1: Dados sociodemográficos e ocupacionais dos policiais militares (n=98). Uberaba-MG, 2016.**

<b>Variável</b>	<b>Frequência Absoluta (N)</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
<b>Sexo</b>		
Feminino	11	11,2
Masculino	87	88,8
<b>Escolaridade</b>		
Ensino Fundamental Incompleto	0	0
Ensino Fundamental Completo	0	0
Ensino Médio Incompleto	0	0
Ensino Médio Completo	27	27,6
Ensino Superior Incompleto	---	---
Ensino Superior Completo	64	65,3
Pós-graduação	7	7,1
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro	15	15,3
Casado	71	72,4
Separado ou Divorciado	9	9,2
Viúvo	3	3,1
<b>Dados Ocupacionais</b>		
Se sente cansado	34	34,7
Possui complemento de renda	9	9,2
Trabalho interfere nas relações interpessoais	61	62,2
Sente-se bem para realizar suas atividades	76	77,6
É capaz de executar seu trabalho	84	85,7
<b>Hábitos de Vida</b>		
Realiza atividade física	81	82,7
Tabagista	6	6,1

Fonte: autoras.

### **3.2 Autopercepção de Saúde Mental**

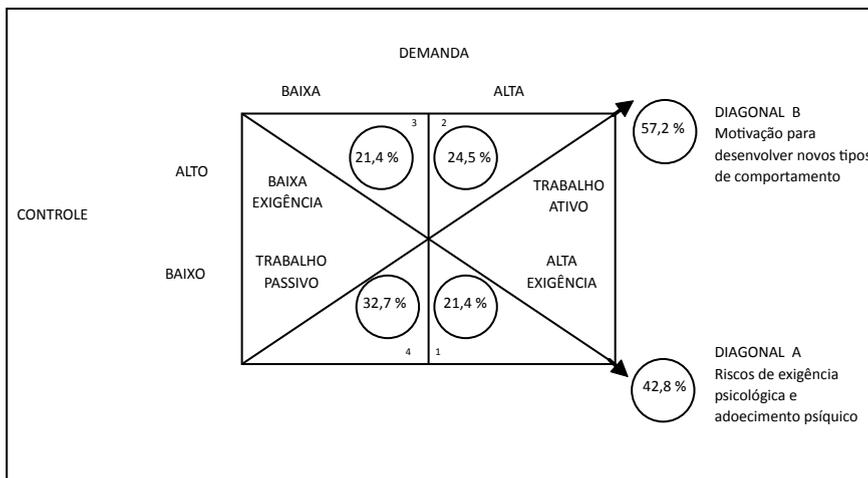
Do total de respondentes, 69 (70,4%) avaliaram sua saúde mental como muito boa ou boa, enquanto que 29 (29,6%) autoavaliaram sua saúde mental como regular, ruim ou muito ruim.

### **3.3 Aspectos Psicossociais do Trabalho**

Observou-se que 51,0% dos policiais apresentam baixo controle sobre o trabalho, 42,3% alta demanda e 50,5% baixo suporte social. Ao agrupar os policiais de acordo com os resultados dos aspectos psicossociais, 21,4% estão submetidos a um trabalho de alta exigência (alta demanda e baixo controle); 24,5% apresentaram trabalho ativo (alta demanda e alto controle); 21,4% foram classificados com um trabalho de baixa exigência (baixa demanda e alto controle); e 32,7% apresentaram trabalho passivo (baixa demanda e baixo controle). Ainda foi possível observar que 42 policiais (42,9%) apresentam alto “risco de adoecimento” e para 56 (57,1%), o trabalho foi classificado como “motivador e que causava bem estar”. A figura 1 apresenta a distribuição e classificação dos policiais militares avaliados de acordo com os resultados do JCQ.

Figura 1: Representação do modelo Demanda-Controlle

## Avaliação dos fatores psicossociais, saúde mental e capacidade para o trabalho em policiais militares de Uberaba/MG



Fonte: autoras.

### 3.4 Capacidade para o Trabalho

A análise da capacidade para o trabalho revelou escores médios iguais a 41,58% (DP=7,28) variando de 17 a 49 pontos. De forma categórica, 22,4% dos trabalhadores tem capacidade para o trabalho considerada ótima, 37,8% tem capacidade boa, 29,6% são do grupo de policiais com capacidade para o trabalho considerada moderada. Dez policiais (10,2%) foram avaliados com baixa capacidade para o trabalho.

## 4 DISCUSSÃO

A amostra deste estudo foi constituída predominantemente por homens, com menos de 40 anos, e alta escolaridade, como encontrado no perfil de policiais militares do estado de Minas Gerais (SOUSA, 2009) e em outros estudos que retratam aspectos sociodemográficos semelhantes (FERREIRA, 2009; FERREIRA *et al.*, 2012). Tradicionalmente, a profissão de policial militar é essencialmente masculina e a crescente incorporação de mulheres

nessa carreira é um fenômeno recente (FERREIRA *et al.*, 2012). O grande contingente de maioria masculina entre os policiais militares é historicamente relacionado ao uso da força física que a profissão exige (SOUSA, 2009). Além da recente incorporação da presença feminina entre policiais, a atual exigência de ensino médio completo para o ingresso na Polícia Militar (SOUSA, 2009; FERREIRA *et al.*, 2008) explica o perfil de escolaridade dessa amostra mais elevado do que o encontrado na população brasileira.

Em relação aos hábitos de vida, mais da metade dos participantes eram sedentários (55,1%). Os policiais militares do 4º Batalhão de Polícia Militar (BPM) realizam atividades físicas obrigatórias em um dia da semana, mas apenas 44,9% complementam essas atividades praticando outros exercícios físicos durante a semana. Outros estudos também encontraram um alto percentual de sedentarismo entre policiais militares (FERREIRA, 2009; MINAYO *et al.*, 2011; SILVEIRA, 2004). Esse é um quadro preocupante relacionado à saúde dos policiais entrevistados, uma vez que já existem evidências da associação entre sedentarismo e o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas como diabetes e hipertensão (MINAYO *et al.*, 2011).

Os resultados desse estudo mostram poucas horas de sono por noite, relatadas pelos policiais. Uma pesquisa realizada com dois batalhões operacionais na cidade de Palmas (TO), Brasil, identificou que 25% dos policiais possuem dificuldade para dormir e 26% avaliam seu sono como ruim ou muito ruim (ALCANFOR; COSTA, 2016). Outros estudos referem que 53,5% policiais militares dormem mal e 26,7% classificaram a qualidade de seu sono como ruim (MINAYO *et al.* 2011; LIZ *et al.* 2014). Um sono de qualidade é fundamental para

a reposição das energias perdidas durante o dia, influenciando no equilíbrio metabólico e na manutenção da saúde física e mental do indivíduo. Poucas horas de sono e repouso somadas ao excesso de trabalho, podem levar a quadros de apatia, fadiga e cansaço físico e emocional, comprometendo a qualidade de vida, saúde e o desempenho no trabalho, além de estar associadas a prejuízos sociais (ALCANFOR; COSTA, 2016; MINAYO *et al.*, 2011).

A jornada semanal e diária de trabalho também foi outra variável analisada. Os policiais realizavam em média 42,73 horas semanais e mais da metade (67,3%) trabalhava em dois turnos. As horas extras podem atuar diretamente como um estressor aumentando a exposição a riscos no local de trabalho (VIRTANEN *et al.*, 2012). Para as mulheres policiais, essa jornada é considerada mais exaustiva, pois além da carga horária de trabalho habitual, há ainda a realização de atividades no âmbito familiar, relacionadas aos cuidados da casa e dos filhos (CAPELLE; MELO, 2010). A intensificação do trabalho associada à constante exposição a riscos e extensão da jornada de trabalho vivida pelos policiais militares podem, além de comprometer a saúde desses trabalhadores, por em risco a qualidade da segurança pública.

Quanto à percepção de saúde, 29,6% dos policiais militares entrevistados apresentaram autopercepção negativa de sua saúde mental. Um estudo em Recife/PE, Brasil, identificou um percentual de 34,4% de policiais que autoavaliaram de forma negativa seu estado de saúde (FERREIRA *et al.*, 2008). No estado da Paraíba, Brasil, 41,9% dos policiais militares aposentados por invalidez tinham algum transtorno relacionado à saúde mental (SILVA; VIEIRA, 2008). Outro estudo associou a autopercepção de saúde

mental com fatores como uso de álcool, episódios depressivos e transtorno depressivo recorrente e esquizofrenia (LIMA *et al.*, 2015). Em relação à funcionalidade, Dutra *et al.* (2016) concluíram que a percepção de saúde é um melhor preditor de funcionalidade do que o diagnóstico clínico, mostrando que, quanto melhor for sua percepção, melhor será seu estado geral de saúde e mais funcional será o indivíduo na realização de suas atividades. Esse achado revela alto índice de percepção negativa de saúde mental e destaca a importância de assistência aos policiais militares com o objetivo de proteção e promoção da saúde mental desses trabalhadores.

Considerando as características psicossociais do trabalho, avaliadas pelo JCQ, verificou-se que metade dos policiais possui baixo controle e baixo suporte social no trabalho. Outra parcela dos participantes revela alta demanda como condição característica do processo de trabalho. Ainda entre os grupos do JCQ, 21,4% dos policiais encontram-se expostos a um trabalho de alta exigência. Na literatura, alta demanda está associada com a prevalência de distúrbios psíquicos menores (ARAÚJO; KARASEK, 2008), confirmando a predição do modelo de que o trabalho em alta exigência concentra maior risco à saúde. Trabalhadores alocados no quadrante de alta demanda têm mais chances de adoecerem e maior risco de desenvolverem fadiga, depressão, sofrimento psíquico e ansiedade (FERREIRA *et al.*, 2012).

Ambientes de trabalho com alta demanda exercem efeito direto na capacidade para o trabalho (ALCÂNTARA *et al.*, 2014). Estudos que examinaram a relação entre altas exigências e demandas em policiais indicam redução da capacidade funcional e do desempenho no trabalho desses profissionais (SOUZA *et al.*, 2007; LIMA *et al.*,

2015). Além do efeito direto na capacidade para o trabalho, essas características também apresentam um efeito indireto por meio da sua influência no estado geral de saúde do trabalhador (ALCÂNTARA *et al.*, 2014). Dito de outra forma, aspectos psicossociais do trabalho como alta demanda são preditores negativos na habilidade de trabalho tanto por sua influência direta como por seu impacto na saúde do trabalhador.

Quase metade dos policiais avaliados mostram alto suporte social de colegas e superiores. Poucos estudos discutem sobre o suporte social e suas relações entre policiais. Ferreira, Bonfim e Augusto (2012) encontraram baixo suporte social em 59,8% dos policiais militares de Recife/PE, Brasil. A área afetiva e relacional destaca-se como um fator positivo no ambiente de trabalho. O suporte social pode contribuir para modificar as dimensões de ordem individual da relação demanda-controle e saúde, principalmente em um contexto com estrutura organizacional hierarquizado, como na Polícia Militar.

A capacidade para o trabalho é considerada como resultante de um processo dinâmico entre recursos do indivíduo em relação ao seu trabalho e vários fatores. Neste estudo, apenas 22,4% dos policiais tiveram a capacidade para o trabalho avaliada como ótima. Esse pode ser considerado um valor mediano quando comparado com os estudos de Berria, Daronco e Bevilacqua (2011) e Silveira (2004) que também avaliaram capacidade para o trabalho em policiais com média de idade semelhante ao da amostra desta pesquisa. Berria, Daronco e Bevilacqua (2011) investigaram 42 policiais militares, obtendo o percentual de 40,48% de trabalhadores com capacidade para o trabalho considerada ótima. Já no estudo de Silveira (2004), que desenvolveu uma pesquisa populacional entre os policiais

militares de Santa Catarina, essa percentagem foi baixa, atingindo apenas 11% da amostra. Uma capacidade para o trabalho ruim pode ser considerada um problema na área da saúde do trabalhador, estando associada a inúmeras doenças e sintomas, gerando gastos para assistência a essas doenças, afastamento por incapacidade e aposentadoria precoce (MARTINEZ *et al.*, 2010). Baixa capacidade para o trabalho indica a necessidade de medidas para sua restauração, principalmente, por meio de melhorias na condição, ambiente e organização do trabalho. Realizar a manutenção da capacidade para o trabalho implica em consequências positivas para a determinação da saúde, competência e bem-estar dos trabalhadores. O uso do ICT em nosso estudo confirma investigações que apontam sua importância como um instrumento que permite avaliar, detectar e prever incapacidades no trabalhador (TUOMI *et al.*, 2005).

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo aponta um alto índice de policiais sedentários, que apresentam poucas horas de sono por noite, e percepção de saúde negativa em um número expressivo de policiais. A análise dos fatores psicossociais indicou baixo controle sobre o trabalho, alta demanda e baixo suporte social. Pouco mais da metade dos policiais foi avaliada com a capacidade para o trabalho boa ou ótima. Os resultados descritos podem contribuir para o planejamento e implementação de intervenções e programas relacionados à saúde e às condições e organização do trabalho para diminuir o impacto dos aspectos psicossociais e manter e/ou melhorar a capacidade para o trabalho dos policiais militares. Baixa capacidade para o trabalho indica a necessidade de medidas para sua restauração, por meio de melhorias na condição, ambiente e organização do

trabalho, incluindo os aspectos psicossociais. Realizar a manutenção da capacidade para o trabalho implica em consequências positivas para a determinação da saúde, competência e bem-estar dos policiais. Assim, incluir a avaliação da capacidade para o trabalho e reconhecer seus preditores relacionados, o indivíduo, seus hábitos, o trabalho e a vida fora do trabalho é uma contribuição relevante para o campo da saúde do trabalhador.

**Abstract:** The increasing violence in contemporary society associated with a highly stressful environment, with daily exposure to situations that cause risks to health and life, can generate a significant increase in illness in the military police. Evaluate psychosocial factors at work and self perception of mental health associated with work ability of military police. Cross-sectional study, conducted with 98 military police officers, using a questionnaire with sociodemographic information, occupational and lifestyle habits, Job Content Questionnaire (JCQ) and Capacity Index for Work (CIF). Data were analyzed in a descriptive way. Most were men (88.8%) with mean age of 37,44 years and sedentary (55.1%). More than 70% rated their mental health as very good or good and 29.6% as regular, poor or very poor. 51.1% of the policemen had low job control, 42.3% high demand and 50.5% reported low social support. Only 22.4% had great capacity for work. These results can contribute to the planning and implementation of interventions and health-related programs and the conditions and organization of working to maintain and/or improve the capacity for the work of the police.

**Key words:** Work capacity evaluation. Psychosocial impact. Mental health. Police.

## REFERÊNCIAS

ALCANFOR, L.M.; COSTA, V.A. **Qualidade de vida no trabalho policial: as estratégias organizacionais para minimizar os impactos da privação de Sono à saúde do Policial Militar que desempenha a radiopatrulha noturna.** REBESP. v.9, n.1, 2016. p. 1-19.

ALCÂNTARA, M.A. *et al.* **Work Ability: using structural equation modeling to assess the effects of aging, health and work on the population of Brazilian municipal employees.** WORK: A Journal of Prevention, Assessment & Rehabilitation. v.49, 2014. p. 465-472.

ARAÚJO, T.M.; KARASEK, R. **Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil.** SJWEH. v.6, (Supp I), 2008, p.52-59.

BERRIA, J.; DARONCO, L.S.E.; BEVILACQUA, L.A. **Aptidão motora e capacidade para o trabalho de policiais militares do batalhão de operações especiais.** *Salusvita*. v.31, n.2, 2011. p.89-104.

BEZERRA, P.C.L.; *et al.* **Percepção de saúde e fatores associados em adultos: inquérito populacional em Rio Branco, Acre, Brasil, 2007-2008.** *Cad. Saúde Pú.* v.27, n.12. 2011. p. 2441-2451.

CAPELLE, M.C.A.; MELO, M.C.O.L. **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na polícia militar de Minas Gerais.** *Ram, Rev. Adm. Mackenzie*. v.11, n.3. 2010. p. 71-99.

DUTRA, F.C.M.S.; COSTA, L.C.; SAMPAIO, R.F. **The influence of medical work leaves in the perception of health and quality of life of adult individuals.** *Fisioter. Pesqui.* v.23, n.1. 2016. p. 98-104.

DUTRA, F.C.M.S.; *et al.* **Empirical analysis of the International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF) using structural equation modeling.** *Braz J Phys Ther.* ahead of print. 2016. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/bjpt-rbf.2014.0168>>.

FERREIRA, D.K.S. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE.** 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife. 2009.

FERREIRA, D.K.S.; AUGUSTO, L.G.S.; SILVA, J.M. **Condições de trabalho e percepção da saúde de policiais militares.** Cad. Saúde Colet. v.16, n.3. 2008. p.403-420.

FERREIRA, D.K.S. *et. al.* **Condições de Trabalho e Morbidade Referida de Policiais Militares, Recife-PE, Brasil.** Saúde Soc. v.21, n.4. 2012. p. 989-1000.

FISCHER, F.M. **Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador.** Rev. Saúde Pú. v.46, n.3. 2012. p. 401-406.

LIMA F.P. *et al.* **Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Policias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde.** Psicol. cienc. prof. v.35, n.3. 2015. p. 824-840.

LIZ, C.M.; *et. al.* **Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares.** Rev Cub Med Mil. v.43, n.4. 2014. p.467-480.

MARTINEZ, M.C. *et al.* **Capacidade para o trabalho: revisão de literatura.** Ciência & Saúde Coletiva. v.15, (Supl. 1), 2010. p. 1553-1561.

MINAYO, M.C.S. *et. al.* **Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil).** Ciência & Saúde Coletiva, v.16, n.4. 2011. p. 2199-2209.

OLIVEIRA, K.L.; SANTOS, L.M. **Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua.** Sociologias. Ano.12, n.25. 2010. p. 224-250.

PERTALI, G.B. *et. al.* **Autoavaliação do estado de saúde e fatores associados: um estudo em trabalhadores bancários.** Cad. Saúde Pública. v.31, n.4. 2015. p.787-99.

SILVA, M.B.; Vieira, S.B. **O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental**. Saúde Soc. v.17, n.4, 2008. p.161-170.

SILVEIRA, J.L.G. **Estilo de vida, Índice de capacidade para o Trabalho e Percepção da demanda Física por Tarefa dos Profissionais de Segurança dos Cidadãos, no Estado de Santa Catarina**. 2004. 110 f. Tese. (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2004.

SOUSA, R.R. **Análise do perfil cultural das organizações policiais e a integração da gestão em segurança pública em Belo Horizonte**. 2009. 211 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações). Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, Minas Gerais. 2009.

SOUZA, E.R. *et al.* **Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero**. Cad. Saúde Pública. v.23 n.1. 2007. p.105-114.

TEIXEIRA, J.R.B. *et al.* **Associação entre aspectos psicossociais do trabalho e qualidade de vida de mototaxistas**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.31, n.1. 2015. p. 97-110.

TUOMI, K. *et al.* **Índice de capacidade para o trabalho**. São Carlos: EduFScar, 2005.

VIRTANEN, M. *et al.* **Long Working Hours and Coronary Heart Disease: A Systematic Review and Meta-Analysis**. Am J Epidemiol. v.176, n.7. 2012. p.586-96.